



Estado do Rio de Janeiro

CÂMARA MUNICIPAL DE CABO FRIO

Ata da centésima Décima Primeira Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 11(onze) de maio do ano de 2017(dois mil e dezessete).-----

As dezoito horas do dia 11(onze) de maio do ano de 2017(dois mil e dezessete) sob a Presidência do Vereador Achiles Almeida Barreto Neto, e com a ocupação da Primeira Secretaria pelo Vereador Luis Geraldo Simas de Azevedo reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além desses, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Achiles Almeida Barreto Neto, Adeir Novaes, Alexandra dos Santos Codeço, Edilan Ferreira Rodrigues, Guilherme Aarão Quintas Moreira, Jefferson Vidal Pinheiro, Leticia dos Santos Jotta, Luis Geraldo Simas de Azevedo, Miguel Fornaciari Alencar, Oséias Rodrigues Couto, Rafael Peçanha de Moura, Ricardo Martins da Silva, Rodolfo Aguiar de Faria, Silvio David Pio Oliveira, Vagne Azevedo Simão, Vanderlei Rodrigues Bento e Vinícius Correa.

. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. A seguir, o Senhor Presidente após o cumprimento do rito regimental solicitou ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do **Expediente** que constou do seguinte: **EM CONFORMIDADE COM O ART. 71 DO REGIMENTO INTERNO: LEITURA E APRECIÇÃO DA ATA DO DIA 09/05/2017. TRIBUNA LIVRE - RESOLUÇÃO Nº 442, DE 07 DE NOVEMBRO DE 1995 – CARTA Nº 0825/2017- CEDOC – PROLAGOS REPRESENTANTE – CARLOS HENRIQUE PAGANETTO ROMA JR, – DIRETOR PRESIDENTE; PROJETO DE LEI Nº 092/2017 – VEREADOR RAFAEL PEÇANHA DE MOURA, ASSUNTO:** Declara o tombamento do Horto Municipal como patrimônio cultural e natural do município e dá outras providências; **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 006/2017 – VEREADOR RAFAEL PEÇANHA DE MOURA ASSUNTO:** Altera o Artigo 40 da Lei Complementar nº 11, de 27 de junho de 2012, e dá outras providências; **REQUERIMENTO Nº 064/2017 – VEREADOR SILVIO DAVID PIO OLIVEIRA ASSUNTO:** Requer outorga de Moção de Aplausos ao Ilmo. Sr. Alcineu Ribeiro de Souza; **INDICAÇÃO Nº 034/2017 – VEREADORA ALEXANDRA DOS SANTOS CODEÇO, ASSUNTO:** Solicita ao Exmo.Sr. Prefeito a implantação de um CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) itinerante; **INDICAÇÃO Nº 082/2017 – VEREADORA ALEXANDRA DOS SANTOS CODEÇO, ASSUNTO:** Solicita ao Exmo. Sr. Prefeito a implantação do Centro Dia de Referência da Pessoa Idosa; **INDICAÇÃO Nº 120/2017 – VEREADORA LETÍCIA DOS SANTOS JOTTA, ASSUNTO:** Solicita ao Exmo. Sr. Prefeito a reforma da Praça da Bandeira no bairro Passagem em Cabo Frio; **INDICAÇÃO Nº 131/2017 – VEREADOR EDILAN FERREIRA RODRIGUES,**

ASSUNTO: Solicita ao Exmo. Sr. Prefeito que seja providenciada a marcação de faixa de pedestres na Avenida Teixeira e Souza em frente à Delegacia; **INDICAÇÃO Nº 156/2017 - VEREADORA JEFFERSON VIDAL PINHEIRO,**

ASSUNTO: Solicita ao Exmo. Sr. Prefeito melhorias na Rua Coronel Mário Quintanilha; **INDICAÇÃO Nº 164/2017 – VEREADOR RICARDO MARTINS DA**

SILVA, ASSUNTO: Solicita ao Exmo. Sr. Prefeito a uniformização dos ambulantes credenciados, assim como a padronização dos carrinhos no município; **INDICAÇÃO Nº 165/2017 – VEREADOR RICARDO MARTINS DA**

SILVA, ASSUNTO: Solicita ao Exmº Sr. Prefeito a instalação de sistema de monitoramento por câmeras para os pontos críticos de aglomeração noturna no município. Terminado a leitura do Expediente, o Senhor Presidente franqueou a **TRIBUNA LIVRE para o representante da PROLAGOS, Sr. CARLOS HENRIQUE PAGANETTO ROMA JR,** que inicialmente saudou a todos. A seguir, discorreu sobre a trajetória de prestação de serviços pela concessionária de água, enfatizando que em termos de tamanho a empresa AEGEA, a qual a Prolagos estava atrelada, era o segundo maior grupo privado de prestação de serviços de saneamento e atendia a 48 municípios no Brasil e que o Estado era o regulador da concessionária de água. Disse ainda, que antes da companhia se instalar em Cabo Frio, bem como nos outros quatro municípios atendidos pela Prolagos, a população era atendida por carros pipas. Afirmou ainda, que havia na região cento e onze redes de esgoto e que diariamente eram tratados cinco milhões de metros cúbicos. Observou que, a obrigação da companhia era atender a população do município e 80% da população flutuante, porém, em época de temporada a PROLAGOS chegava a atender cerca de dois milhões de pessoas. Após, o senhor presidente agradeceu ao senhor Carlos Roma, enfatizando que a Casa sempre trazia debates e elucidações de questões de interesse público. Em seguida, ordenou que os microfones fossem abertos para que os vereadores arguissem o senhor Carlos Roma. A Vereadora Letícia Jotta questionou o senhor Carlos Roma, quanto as oscilações na conta da água que era uma reclamação de muitos moradores de Cabo Frio. Ao que o mesmo respondeu, que caso a sociedade entendesse que aquela forma não era a melhor, outra forma poderia ser estudada e após ser levado para a agência reguladora. Em seguida, o Vereador Edilan, disse que era a voz de cerca de duzentas mil pessoas e que o Senhor Carlos Roma afirmara que, a maioria da população utilizava até 10 metros cúbicos de água e por certo somente utilizavam aquele percentual por medo de usar 10.1 e ter aumento da conta. E ainda, disse que em seu gabinete a todo momento alguém perguntava sobre o critério usado para a cobrança da conta de água, salientando que era um paradoxo, quando um usuário tinha sua água cortada por não conseguir pagar uma conta de sessenta reais e para religá-la precisaria pagar uma taxa de cerca de 90 reais. Ao que o senhor Carlos Roma respondeu que, reconhecia que a grande maioria não pagava por dificuldade financeira, mas, que a taxa de religação constava em contrato, no entanto os vereadores poderiam fazer sugestões para sanar aquele problema,

poderia ser feito um aditivo, uma alteração no contrato. A seguir, fez uso da palavra, o Vereador Sílvio Davio Pio Oliveira, que afirmou que se preocupava muito com a Lagoa da Praia do Siqueira e Orla do Porto do Carro, em virtude de que tais locais eram de extrema importância para o pescador que de lá tirava o sustento de sua família. Disse, que se preocupava também com a qualidade do camarão que era extraído da lagoa da praia do Siqueira e gostaria de saber se havia um projeto relativo à limpeza da Praia do Siqueira e da Orla do Porto do carro. Ao que o diretor da PROLAGOS respondeu, que a dezessete anos atrás a indicação fora a construção de uma rede separadora, mas, que os municípios alegaram que não tinham condições de arcar com os custos da obra, assim fora contratada a construção de uma rede mista e todo possível era feito para preservar a o meio ambiente, mas, que estava ciente de que havia falhas. Disse que, 97% da população tinha água e os 3% não conseguiam entender o motivo pelo qual não tinham água. Reiterou, que o esgoto estava sendo interceptado para que não caísse na lagoa, mas, que a melhor coisa a ser feita era a rede separadora. Observou que, a companhia já estava preparando projeto para apresentar aos cinco municípios. Após, o Vereador Jefferson Vidal disse que já fizera parte da Comissão de despoluição da lagoa e que apontara diversos pontos de esgoto, que eram para ser levados para a rede de tratamento. Sugeriu, que fosse criada uma Comissão Permanente para tratar daquela questão. Disse, que da mesma maneira que quando faltava água o cidadão solicitava um caminhão pipa, deveria vir um caminhão limpa fossa, quando houvesse problemas no esgoto. Após, arguiu ao senhor Carlos Roma, sobre o que o mesmo iria fazer com relação a conta que era cobrada ilegalmente do usuário. Ao que o senhor Carlos Roma respondeu que, fora feito um termo de ajuste de conduta, que permitia aquele tipo de cobrança, aprovado inclusive pelo Ministério Público. Disse que, fora criado um paliativo, até que fosse feita a rede separadora, assim, ficara determinado que todos os usuários fossem onerados. Observou em seguida, que naquele interim muita coisa fora feita, mas, que tinha consciência de que muito ainda havia a ser feito. Em seguida, o Vereador Vanderlei Bento, disse que o senhor Carlos Roma era um homem muito competente e referendado e agradecia a Prolagos por ter dado acesso à água potável à maioria do povo cabo-friense. Disse, que a dissociação na conta da água e do esgoto tornaria a cobrança mais justa. Disse também, que com relação a tarifa social, poucos conheciam seus direitos e até a Casa Legislativa necessitava da ajuda do senhor Carlos Roma para compreender melhor aquele dispositivo. Frisou ainda, que a lei garantia que o hidrômetro fosse instalado sem nenhum ônus e, no entanto, a taxa era cobrada. Ao que o representante da Prolagos respondeu, que a forma como aparecia a cobrança no talão da conta, fora determinado por lei e a prolagos não tinha autonomia para mudar, bem como sobre a colocação de hidrômetros. Ao que o vereador Vanderlei retrucou que, havia uma súmula e a cobrança do hidrômetro não podia ser executada. Respondendo o senhor Carlos Roma disse, que não havia nenhum advogado da companhia naquele

momento para auxiliá-lo naquela questão, mas, que todo procedimento da Prolagos seguia os trâmites legais. Em seguida, o Vereador Oséias Rodrigues Couto disse, que a Prolagos estava também no Segundo Distrito, mas, que lá havia 0% de saneamento básico. Disse, que quem recolhia o esgoto das residências era a prefeitura, quando rezava em contrato que a companhia Prolagos tinha a obrigação de fazer aquela coleta. Disse, que havia uma incerteza quanto a qualidade da água na localidade de Aquários e a dúvida era se a água vinha dos areais ou da Prolagos. Disse ainda, que em época de temporada Tamoios ficava sempre sem água, assim, gostaria de saber se havia um projeto que contemplasse Tamoios, que também fazia parte de Cabo Frio. Respondendo, o senhor Carlos Roma disse que, havia quatro anos que fora levada a água portátil para o Segundo Distrito e que mais investimentos estavam previstos para aquela localidade. Disse, que havia uma mistura da água em certa localidade de Tamoios, mas, que lá era feito um tratamento que tornava a água de qualidade. Em seguida observou que, a companhia poderia ser acionada, caso ainda assim houvesse reclamação quanto a qualidade da água. Disse que, com relação ao esgoto do Segundo Distrito, houvera inclusive uma ação civil pública e que a empresa estava sempre respaldada por decisão judicial. E mais, afirmou que no ano de 2018 teria início a obra de uma estação de tratamento para o local. A seguir, a vereadora Alexandra Codeço disse que, era de extrema importância que fosse dado um prazo para o corte da água e que também não fosse permitido o corte em vésperas de final de semana ou feriados. Em seguida, disse que a questão sobre a cobrança do hidrômetro também deveria ser revista. Continuando, observou que deveria ser feita uma revisão no esgoto do bairro Gamboa, que se fazia necessário em virtude de que, quando chovia era impossível transitar no local. Após, questionou o diretor da Prolagos quanto a responsabilidade sobre aquele conserto. Respondendo, o senhor Carlos Roma afirmou que, a obrigação da Prolagos era captar o esgoto que caíria na lagoa e direcionar para a estação de tratamento e que a manutenção da rede era obrigação da prefeitura, que era tirar areia, pneus velhos, etc... Disse ainda, que quando chovia muito o refluxo do esgoto era fruto da não manutenção da rede. Após, o vereador Ricardo Martins disse, que que caso fosse empregada a prática do reuso da água, o que inclusive já havia em Búzios e São Pedro da Aldêia, por certo seria possível diminuir o preço da conta de água, até porque todos sabiam que a prefeitura devia milhões à Prolagos. Respondendo, o diretor da empresa concessionária de água afirmou que, havia em Búzios e fora encomenda de uma empresa particular, cuja água do esgoto, após o tratamento era possível até mesmo ser ingerida. Disse, que a água não era ingerida, em virtude de que não havia no Brasil legislação vigente para aquela prática, mas, que a água poderia ser utilizada para diversos outros fins. A seguir, o vereador Rafael Peçanha arguiu ao senhor Carlos Roma sobre o esgoto da Vila do Sol que estava sendo jogado na Lagoa e disse que as questões apresentadas estavam sempre entre a cobrança indevida da água e o esgoto. Assim, sugeriu aos Nobres Pares, que o contrato

da PROLAGOS fosse estudado e caso fosse necessário, o mesmo fosse questionado na justiça. Após, agradeceu a apresentação do diretor da PROLAGOS. Respondendo, o senhor Carlos Roma disse que, seu assessor Sr. Thiago responderia àquela arguição, por estar mais familiarizado com o bairro Vila do Sol. Ao que o senhor Thiago afirmou que, havia cerca de quatro anos que fora feita uma obra naquele local, onde foram construídas duas elevatórias que acabavam blindando o valão que saía na frente da estação de tratamento daquela região, com uma condicionante, que já existia um TAC (termo de ajuste de conduta). Disse, que na atualidade para haver mudanças seria necessário um entendimento entre prefeitura e Estado e até mesmo do próprio aeroporto. A seguir, o Vereador Vinícius Corrêa arguiu o diretor da PROLAGOS com relação à entrada de ar nos canos, que acabava por alterar os preços das contas de água e, solicitou que o mesmo esclarecesse sobre quais eram as medidas que a PROLAGOS havia tomado, no sentido de dirimir aquele problema. Respondendo, o senhor Carlos Roma disse que a PROLAGOS utilizava equipamentos tecnológicos, para que o que passasse através do hidrômetro fosse somente água. Após, o vereador Luis Geraldo questionou ao presidente da PROLAGOS, sobre o motivo pelo qual não era colocado um bloqueador de ar, ou que fosse dada autonomia ao próprio usuário, para que o fizesse. Disse ainda, que com relação as taxas de religação e de corte, gostaria de saber se havia um segmento que ficasse isento daquela taxa e se pelo menos as pessoas que estivessem inscritos no programa de baixa renda tinham isenção daquela taxa. Respondendo, o senhor Carlos Roma afirmou que, a tecnologia de retirada de ar já existia e era utilizada como afirmara anteriormente. E quanto a segunda arguição, disse que não havia nada contrário àquela prática e que recentemente houvera conversa com integrantes da cúpula da companhia com o objetivo de contemplar os que participavam do programa de baixa renda. Novamente fazendo uso da palavra, o senhor Thiago disse, que a água apenas era cortada depois de duas contas atrasadas e ainda, que a Prolagos parcelava a conta em cem vezes. Observou ainda, que não era interesse da PROLAGOS cortar a água do usuário, que muitas das vezes não voltava a utilizar a água da companhia. Disse, que havia um laboratório de hidrometria na Prolagos e todos poderiam ficar a vontade para conhecer o funcionamento do hidrômetro. Após, o Vereador Achilles Barreto agradeceu a colaboração dos representantes da PROLAGOS e observou, que muitas vezes após a ligação da água em determinadas residências, a companhia deixava buracos abertos nas ruas. Respondendo, o senhor Carlos Roma disse que os reparos feitos pela PROLAGOS eram de responsabilidade da companhia e nada justificava um trabalho mal feito. Reiterou, que para ser colocada a rede separadora na região, a obra sairia na monta de 500 bilhões, mas, que poderia ser parcelada. Disse ainda, que todas as obras eram feitas com o dinheiro do usuário e que até a atualidade foram gastos um bilhão e meio na rede. Disse que, a assertiva do vereador Rafael Peçanha de questionar o contrato na justiça era um direito,

mas, que o contrato tinha dois lados e que a parte da PROLAGOS estava sendo cumprida. Disse, que caso fosse formada uma comissão, a companhia estaria de portas abertas para entendimentos. Falou sobre o ICMS verde, destacando que a Prolagos aceitara fazer obras de reparos para receber depois, no município de Búzios. Disse que, muitas prefeituras deviam à PROLAGOS, mas, que havia a boa vontade de buscar soluções para dirimir o problema. Em seguida, o senhor presidente Achiles Barreto agradeceu os esclarecimentos do diretor da concessionária de água e disse que aquele era o primeiro passo para que muitas coisas boas para a população ocorressem. Após, o senhor presidente franqueou a Tribuna para os oradores inscritos. Como primeiro orador inscrito, fez uso da Tribuna o **Vereador o Vereador Rafael Peçanha,** que inicialmente saudou a todos. Em seguida, discorreu sobre proposição de sua autoria, dispondo sobre a redução da carga horária semanal dos enfermeiros para trinta horas. Disse, que também outra proposição, que teria grande relevância para o município seria o tombamento do Horto Municipal de Cabo Frio. Continuando, disse que o servidor da prefeitura ainda não havia recebido seu pagamento e fora decidida a paralização da área da educação naquela semana. Observou, que o debate acerca da arrecadação do Executivo Municipal era importante, visto que o município arrecadara cerca de cento e treze milhões de reais. Disse ainda, que com relação a CONSERCAF, o presidente da Casa afirmara em Sessão anterior, que a mesma sempre estava disposta a responder as arguições do Legislativo Municipal, mas, que seu ofício datado de dez de fevereiro, do ano em curso, solicitando os anexos dos contratos emergenciais ainda não haviam sido respondidos. Em aparte, o Vereador Jefferson Vidal, disse que ficar repetindo a mesma coisa não faria diferença e que todos sabiam da situação do município. Observou, que o valor da folha ia muito além de trinta milhões. Disse, que apresentar críticas era saudável, mas, apresentar soluções era mais salutar ainda. Retomando ao seu discurso, o Vereador Rafael Peçanha disse que uma coisa era compreender a situação do município e outra era perceber que o governo não estava buscando soluções, no sentido melhorar a arrecadação, como por exemplo, viabilizar projetos como o condomínio industrial. Agradeceu a atenção de todos, no que encerrou sua fala. A seguir, ocupou a Tribuna o **Vereador Miguel Fornaciari Alencar,** que inicialmente saudou a todos. Em seguida, disse que teve inauguração de exposição no corredor cultural na Casa e acreditava que fora um sucesso. Observou, que havia no município movimento reivindicando o passe livre nos transportes estaduais. Assim, conclamou os Deputados eleitos por Cabo Frio, que apoiassem àquela causa. Prosseguindo, observou que estivera na Secretaria de fazenda, com o intuito de entender o que estava ocorrendo com relação ao atraso do pagamento dos servidores públicos e fora-lhe esclarecido que fora feito um mutirão, no sentido de atualizar as contas do governo municipal. Disse, que todos os funcionários da saúde já haviam sido pagos e que houvera um erro no repasse da verba do FUNDB por parte do governo federal, o que

estaria acertado até a próxima semana. Observou que, era importante que a população entendesse que estavam sendo pagos duas folhas de pagamento. Disse, que a oposição falava o que bem queria, mas, que os dados exatos estavam a disposição de todos. Reiterou, que a partir do mês de agosto quando o governo já tivesse saldado as dívidas com os servidores, aí sim os vereadores deveriam fazer cobranças ao Chefe do Executivo Municipal, caso fosse necessário. Disse que, a população elegeu o prefeito Marcos Mendes e também fazia parte do governo, na reconstrução do município. Afirmou ainda, que o Secretário de Fazenda, Clésio Guimarães, fizera parceria com o Conselho Regional de Administração, para que mais um órgão ajudasse na fiscalização do Executivo Municipal, o que demonstrava que o governo queria a transparência. Falou sobre o Projeto de Turismo “Rio Três Horas”, enfatizando que aquele programa visava fomentar o turismo nas cidades adjacentes do Rio de Janeiro. Falou também, sobre a importância de que todos estivessem unidos com o objetivo de reconstruir Cabo Frio e não somente se utilizar de falácias. Agradeceu a atenção de todos, no que encerrou sua fala. Não havendo mais oradores inscritos para o uso da Tribuna, o Senhor Presidente conduziu os trabalhos para a **Ordem do Dia**. Nesta etapa, foi aprovado Parecer Favorável da Comissão de Redação Final nos seguintes Projetos: Projeto de Lei nº 019/2013, Projeto de Lei nº 050/2016 e Projeto de Resolução nº 001/2017. Foi aprovado Parecer Favorável da Comissão de Políticas Públicas ao Projeto de Lei Complementar nº 003/2017. Foi aprovado Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça nos seguintes Projetos: Veto nº 008/2017, Projeto de Lei nº 059, 060, 061, 062, 063 e 080/2017. Foi aprovado Parecer Contrário da Comissão de Constituição e Justiça na Emenda Supressiva nº 002/2017. Foram encaminhados para a Comissão de Constituição e Justiça os seguintes Projetos: Projeto de Lei nº 092/2017 e Projeto de Lei Complementar nº 006/2017. Foi aprovado o Requerimento nº 064/2017 e aprovadas as Indicações nºs 034, 082, 120, 131, 156, 164 e 165/2017. Terminada a Ordem do Dia, o Senhor Presidente franqueou a Tribuna para a **Explicação Pessoal**. Não havendo oradores para o uso da Tribuna em Explicação Pessoal, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a apreciação Plenária, Aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.